

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

BRUNA NAKAGAWA FERNANDES
HANNAH SAYURI KAMOGARI BALDAN
GUILHERME GALDINO
LETÍCIA UEDA VELLA
MAYRA GRAMANI

RODA COMUNITÁRIA
NOVA PROPOSTA DE ATUAÇÃO DA CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS LUIZ GAMA

SÃO PAULO
2013

1. INTRODUÇÃO	4
2. JUSTIFICATIVA	5
2.1 Modelo de Ouvidoria atual	5
2.2 Principais problemas encontrados	5
2.3 Nova proposta de atuação	5
3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	7
3.1 Pressupostos da Ouvidoria Comunitária.....	7
3.1.1 Empatia.....	7
3.1.2 Fact Finding.....	8
3.1.3 Autoridade Compartilhada.....	8
3.2 Paulo Freire	8
3.3 Terapia Comunitária Integrativa.....	9
3.4 Daniel Kerr - história oral.....	10
4. RODA COMUNITÁRIA	11
4.1. Metodologia.....	11
4.1.1 Estrutura da Roda.....	11
4.1.2 Papel do Condutor.....	12
4.1.3 Direitos e Deveres.....	12
4.1.4 Etapas	13
4.2 Design Thinking.....	14
8. ANEXOS	18

1. INTRODUÇÃO

A Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama é uma atividade de Cultura e Extensão da Faculdade de Direito da USP, orientada pelo Prof. Dr. Calixto Salomão Filho, que atua na defesa, promoção e efetivação dos direitos humanos, e tem suas atividades direcionadas para temas pertinentes à população em situação de rua da cidade de São Paulo.

A atividade prática desenvolvida pelos alunos tem sido, nesses quase três anos desde a fundação, a Ouvidoria Comunitária da População em Situação de Rua. Trata-se de um espaço de escuta de relatos sobre violações e experiências que permeiam o cotidiano desta população, com o objetivo de produzir encaminhamentos coletivos aos órgãos competentes.

Diante dos problemas identificados na Ouvidoria Comunitária, o presente trabalho propõe um novo modelo de atuação prática que busca atingir os objetivos não atendidos atualmente e ampliá-los de acordo com nova percepção da Clínica de Direitos Humanos sobre o que deveria ser sua atuação no cenário da rua.

A Roda Comunitária consiste na criação de um ambiente no qual os sujeitos participantes devem refletir acerca dos problemas por eles vivenciados e desenvolver uma análise crítica, de forma que eles adquiram a percepção estrutural e coletiva das adversidades enfrentadas e se tornem agentes sociais de mudança.

A partir da compreensão de que a reflexão crítica acerca dos problemas da rua feita apenas em círculos acadêmicos é ineficaz, o projeto visa ampliar esta discussão para a população em situação de rua, já que ela é composta por aqueles que possuem maior interesse na ocorrência de mudanças efetivas, de forma a dar maior visibilidade às críticas e alavancar a mudança social.¹

¹ KERR, Daniel. We know what the problem is: using oral history to develop a collaborative analysis of homelessness from the bottom up. *The Oral History Review*, Vol. 30, n.1 (Winter-Spring 2013), pp. 30.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Modelo de Ouvidoria atual

A Ouvidoria Comunitária é uma proposta de atuação jurídica, mas não judicial, que surgiu da demanda do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). A Ouvidoria tinha como seu objetivo inicial suprir a falta de sistematização das violações sofridas pela população em situação de rua, através da criação de um espaço para coleta de denúncias. A experiência teve seu início em 2010, na sede da Revista Ocas, passando em 2011 a ser realizada no Serviço Franciscano de Assistência Social (SEFRAS), todas as quartas feiras das 14 às 17 horas e, em 2013, a funcionar no mesmo horário e local.

A prática da Ouvidoria Comunitária ao longo do tempo fez com que ela mudasse um pouco do seu perfil e objetivos, tornando-se um espaço voltado não apenas para a coleta de denúncias, violações e reclamações, mas também um local cujo escopo engloba a tentativa de construção de agentes políticos. Essa formação compreende o reconhecimento de sujeito de direitos e de uma visão por meio da qual a pessoa torna-se capaz de compreender que as violações sofridas por ela ocorrem de forma estrutural, abrindo espaço para a coletivização das denúncias e criação de uma identidade coletiva.

Vê-se então que o ouvidor realiza um trabalho de reflexão e encaminhamento, e não de mera recepção de informações. Ele se propõe a entender a perspectiva do “ouvido”, compreendendo a situação e sentimentos que o acompanham. Nessa proposta, técnicas como a de empatia, horizontalidade, autoridade compartilhada e *fact finding* são imprescindíveis.

A empatia diz respeito à postura de esforço para se colocar no lugar do outro, enxergando suas experiências e percepções. Por sua vez, a horizontalidade visa ao estabelecimento não de uma relação hierárquica e etnocêntrica, mas sim de uma relação paritária entre as partes, coerente com o papel democrático da ouvidoria. Juntamente à horizontalidade, a autoridade compartilhada faz com que apareça um diálogo entre iguais. Já o *fact finding* consiste em identificar aspectos importantes da narrativa, com perguntas mais abertas, que possibilitem a construção de uma perspectiva dos fatos em parceria com o atendido.

A Ouvidoria Comunitária realizou, até 2012, 230 atendimentos (foram 180 pessoas atendidas, sendo que algumas retornaram ao espaço para novos atendimentos) e cumpriu diversos

dos objetivos a que se propunha. No entanto, como será trabalhado no próximo tópico, após um certo tempo alguns de seus escopos deixaram de ser atingidos e algumas deficiências nesse método foram observadas.

2.2 Principais problemas encontrados

A partir da experiência prévia com a Ouvidoria Comunitária, foram detectadas dificuldades nas seguintes atuações: (i) realização de encaminhamentos coletivos, (ii) instauração diálogo com as instituições envolvidas, (iii) o baixo número de atendidos, (iv) a formação de atores sociais, (v) a constituição de uma identidade coletiva e (vi) a formação de rede interdisciplinar.

A dificuldade em realizar encaminhamentos coletivos (i) é gerada principalmente pelo caráter de extrema urgência das demandas apresentadas na Ouvidoria. Essa questão resulta em dois entraves: na necessidade de acompanhamentos individuais e na não percepção de que os problemas apresentados na Ouvidoria são estruturais e transcendem o momento presente. Desse modo, o formato da Ouvidoria não permite cumprir seu objetivo, pois algumas demandas exigem a tomada de providências imediatas e possuem um aspecto extremamente individual levando a uma não compreensão de sua natureza coletiva.

Isso se relaciona com a falha no diálogo entre as instituições envolvidas (ii) uma vez que os problemas individuais não são encarados como problemas estruturais que afetam grande parcela da população. Em geral, a justificativa dessas instituições repousa no pequeno número de atendidos (iii) com a mesma demanda, o que gera a sensação de que os problemas apontados são pontuais e de baixa representatividade, deslegitimando os encaminhamentos coletivos produzidos a partir da Ouvidoria.

O fato de as demandas serem individuais e necessitarem de providências imediatas prejudica também a formação de atores sociais (iv) e a constituição de uma identidade coletiva (v). Além disso esses problemas são agravados por outros fatores como a situação de extrema vulnerabilidade em que se encontram e a deficiência de estabelecimento de um diálogo horizontal.

Apesar de as demandas serem coletivas, é necessário que o ouvidor esteja preparado para lidar com as particularidades de cada atendido. Notou-se a necessidade de uma rede interdisciplinar (vi) para que a complexidade do relato fosse compreendida em sua plenitude,

uma vez que a comunicação com outras áreas de conhecimento, como a psicologia, traria novas perspectivas à questão da rua.

Dessa forma, a partir das demandas encontradas, especialmente a dificuldade em formar atores sociais e constituir uma identidade coletiva, pensou-se em um novo modelo de atuação para a Clínica de Direitos Humanos.

2.3 Nova proposta de atuação

Utilizando-se de toda a experiência e conhecimento adquiridos com o modelo de Ouvidoria atual, a Roda Comunitária tem como objetivo sanar alguns dos problemas enfrentados durante a atividade prática da Clínica.

A proposta pretende fazer com que os atendimentos ganhem proporções não mais individuais, mas sim grupais, levando-se em conta noções de história oral, diálogo de Paulo Freire e Terapia Comunitária Integrativa.

Serão mantidas algumas características da Ouvidoria Comunitária: coleta de denúncias, empatia, horizontalidade e *fact-finding*. Cabe ressaltar que as denúncias coletadas serão encaminhadas a órgãos competentes e, possivelmente, para os próprios **equipamentos**², de modo que elas não sejam utilizadas apenas para estudo da Clínica de Direitos Humanos, mas como forma de proporcionar mudanças à realidade da população em situação de rua.

Além disso, a Roda Comunitária visa ampliar a prática atual de forma que os sujeitos participantes construam posicionamento crítico sobre a realidade em que vivem e compreendam que os problemas enfrentados, apesar das particularidades vividas, têm origem estrutural e são partilhados por todos. Isso possibilitará a identificação entre os membros e a coletivização de denúncias.

Tendo em vista a heterogeneidade da população em situação de rua e as diferentes demandas que podem surgir durante a prática da Roda, busca-se o estabelecimento de uma rede interdisciplinar, por meio da qual será proporcionado um atendimento mais completo, capaz de responder a complexidade dos problemas apresentados.

2

definir equipamentos

Dessa maneira, a Roda Comunitária apresenta-se como uma complementação à atividade prática da Clínica de Direitos Humanos buscando ampliar e diversificar o contato com a Rua, de modo que nossos objetivos atuais sejam contemplados de forma mais abrangente e efetiva.

3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A atividade proposta tem como objetivo central que os sujeitos compartilhem experiências, desenvolvam uma análise conjuntural própria e proponham possíveis transformações em sua realidade concreta.

Para que os indivíduos desenvolvam uma reflexão a partir da troca de experiências, é preciso a criação de um ambiente que permita essa análise e reflexão, em que haja um diálogo horizontal, autoridade compartilhada e empatia. Assim, seria possível a conscientização quanto à realidade concreta e à criação de um sentimento de coletividade, levando ao empoderamento dos indivíduos.

A partir disso seria desenvolvida uma potencialidade transformadora do sujeito e, para tanto, fez-se necessário o estudo de conceitos de Daniel Kerr, Paulo Freire e Terapia Comunitária Integrativa, além dos pressupostos já utilizados na Ouvidoria Comunitária.

3.1 Pressupostos da Ouvidoria Comunitária

A Roda Comunitária apresenta-se como uma nova prática da Clínica de Direitos Humanos. No entanto, ela mantém uma série de semelhanças com a Ouvidoria Comunitária que justificam a existência de pressupostos em comum.

Nesse sentido, devido à presença de similaridades entre as atuações, foi necessária a manutenção de certos pressupostos existentes na prática anterior, são eles: empatia, *fact finding* e autoridade compartilhada.

A empatia será mantida devido à preservação da necessidade de estabelecimento de uma relação de confiança entre os participantes da Roda, de modo que todos estejam dispostos a compreender a perspectiva do outro, colocando-se na sua posição.

A técnica do *fact finding*, por sua vez, continuará a ser utilizada devido a conservação do objetivo da coleta de denúncias. Para que isso seja possível, é preciso que os condutores da Roda sejam capazes de identificar aspectos importantes da narrativa, de modo que seja construída a melhor perspectiva possível dos fatos relatados.

Finalmente, a atuação do princípio da autoridade compartilhada precisa ser continuada devido à necessidade de estabelecer um diálogo entre iguais e uma relação de horizontalidade

tanto entre os condutores da roda e seus participantes, como também entre eles próprios, assim como já era na Ouvidoria Comunitária.

3.1.1 Empatia

A empatia é necessária para o estabelecimento de uma comunicação efetiva e compartilhada entre todos os participantes da Roda. A partir desta técnica, busca-se o estabelecimento de uma relação de confiança e proximidade, através de um esforço constante para se colocar no lugar do outro, enxergando suas experiências e percepções.

De acordo com Favret-Saada, a empatia pode ser compreendida por meio de duas acepções principais. A primeira afirma que sentir empatia consistiria, para uma pessoa, em experimentar, de uma forma indireta, as sensações, percepções e pensamentos do outro (FAVRET SAADA, 2005). Assim, essa acepção implica na distância, pois o fato de não estar no lugar do outro permite supor o que seria estar lá, "as sensações, percepções e pensamentos" daquele com o qual há a tentativa de estabelecer o sentimento de empatia. A segunda acepção, por sua vez, alega que a empatia pode ser compreendida como uma comunhão afetiva, ou seja, a identificação dos participantes do diálogo é atingida através da fusão de sentimentos, por meio da qual estes vivenciam as sensações do outro, tornando-se capazes de entender melhor a situação relatada.

No desenvolvimento da Roda Comunitária prevalece a tentativa de estabelecimento da primeira acepção de empatia. Sendo assim, os participantes precisam compreender as opiniões dos demais a partir dos valores e experiências presentes nos outros, o que possibilitará o estabelecimento de uma relação de confiança.

A empatia almejada envolve uma compreensão a respeito dos sentimentos que o outro possui sobre a realidade em que está inserido, além do papel que ele pretende desempenhar dentro desse contexto.

3.1.2 Fact Finding

O *fact finding* consiste em uma técnica cujo objetivo é permitir que, no âmbito jurídico, sejam identificados os fatos relevantes para a resolução da controvérsia. Ela pode ser utilizada tanto nas averiguações que os órgãos julgadores fazem para proferir uma decisão, quanto nas entrevistas praticadas pelos advogados para compreender o caso e os objetivos do cliente.

Esta técnica surgiu a partir da percepção de que a maioria das entrevistas realizadas entre advogados e clientes é marcada pela disputa para obtenção do domínio da conversa e pela insensibilidade por parte do profissional à situação do ouvido. Nesse sentido, pretendeu-se formular uma técnica de condução da conversa por meio da qual fosse possível identificar os fatos relevantes relacionados ao problema e os objetivos do cliente a partir de uma construção conjunta.

Dessa forma, a técnica do *fact finding* propõe o uso de questões abertas nos pontos cruciais, ou seja, na determinação do problema, objetivos do cliente e trechos relevantes da história, e o de questões fechadas³, desde que não constriam o cliente, para aquisição de informações adicionais e confirmação de dados que não foram explicitadas de forma clara. O objetivo é auxiliar o advogado a obter uma visão geral da situação, além de ajudar o cliente a fornecer seu relato da forma mais verossímil possível.

Além disso, recomenda-se que o tempo de fala seja razoavelmente equilibrado e as interrupções com o objetivo de deter o controle da conversa sejam evitadas.

No contexto da Roda Comunitária, essa técnica assume o papel de facilitar a coleta de denúncias, de modo que os condutores da atividade sejam capazes de identificar os fatos relevantes de cada narrativa, elucidando os pontos que ficaram nebulosos e construindo uma perspectiva dos fatos em conjunto com os participantes da Roda.

3.1.3 Autoridade Compartilhada

A afirmação do indivíduo enquanto sujeito dotado de voz exige que os participantes da Roda não se coloquem numa posição superior à do falante, mas estabeleçam uma relação de horizontalidade.

Nesse sentido, a autoridade compartilhada pressupõe um diálogo entre iguais, em que todos refletem acerca dos temas debatidos, construindo, a partir disso, um posicionamento crítico que permite a compreensão de seu papel enquanto sujeitos transformadores da conjuntura em que vivem.

³ Segundo Linda Smith, “questões fechadas”, ou seja, “*leading confirming questions*” são aquelas que ensejam respostas de sim ou não, de modo que apenas confirme o que foi relatado, sem incentivar respostas extremamente detalhadas.

A Roda Comunitária pretende desenvolver sua atuação de forma que tanto os condutores quanto a população em situação de rua opinem e promovam transformações na estrutura da atividade e colaborem na formação de conclusões a respeito das questões apresentadas.

No contexto da nova prática da Clínica, a autoridade compartilhada promoveria um enriquecimento do diálogo, já que uma discussão pautada por este preceito será marcada por uma gama de valores, perspectivas e experiências diversificadas.

Sendo assim, o diálogo construído com base na autoridade compartilhada precisa ir além da forma como seus participantes enxergam a história, influenciando a maneira como pensam políticas públicas e, mais importante ainda, a maneira como reproduzem a organização social na comunidade em que vivem.⁴

3.2 Paulo Freire

Em suas obras, Paulo Freire tem como um de seus objetivos principais a formação de sujeitos críticos e conscientes através de um método pedagógico baseado no diálogo. Este deve ser construído a partir de uma relação horizontal, por meio da qual os pólos contribuem igualmente para a construção do conhecimento, sendo um processo de duas vias.

O diálogo se constrói a partir de dois elementos centrais: a confiança e a esperança. A confiança pressupõe a existência de amor, humildade e fé, pois não é possível a construção de um diálogo julgando-se superior e diferente, vendo o outro como ignorante e inferior, sendo autossuficiente e avesso à contribuição ou temendo a mudança. A esperança, por sua vez, é elemento fundamental para um diálogo, pois implica na existência de uma expectativa de mudança que faz com que os homens se empenhem à refletir e transformar sua realidade. Desse modo, esses dois elementos são o que permitem uma relação horizontal no diálogo.

A horizontalidade pressupõe uma relação de A com B e nunca de A sobre B ou de A para B. Isto é, só há diálogo se houver um fluxo de comunicação em que os dois pólos transmitem e recebem conteúdo crítico, o que implica ausência de passividade e dominação. Nesse sentido, dessa relação nasce um pensar crítico e problematizador da realidade, no qual os pólos serão

⁴ KERR, Daniel. We know what the problem is: using oral history to develop a collaborative analysis of homelessness from the bottom up. *The Oral History Review*, Vol. 30, n. 1 (Winter-Spring 2003), pp. 31.

capazes de reconhecer as condições estruturais em que estão inseridos, assumindo o “papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo”.⁵

A criticidade permite que o homem seja capaz de agir conscientemente sobre a realidade positivada, de modo que consiga percebê-la como processo de permanente transformação para a constante humanização dos indivíduos. Sendo assim, o pensar crítico é causa e consequência do diálogo.

Segundo o pensamento freireano, "o homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não é auxiliado a tomar consciência da realidade e de sua própria capacidade para transformá-la"⁶, nesse sentido, um diálogo crítico tem como consequência a conscientização dos sujeitos participantes.

A conscientização é uma tomada de posse da realidade por meio da qual o sujeito desmistifica o mundo em que vive, passando a olhá-lo da maneira mais crítica possível, ou seja, conhecendo os mitos que o enganam e ajudam a manter a realidade de maneira estática. Ocorre um processo denominado decodificação, em que o indivíduo, a partir de sua visão sobre seu contexto real, reconhece a realidade codificada e substitui esta abstração pela percepção crítica do concreto que, por meio do diálogo, deixou de ser uma realidade impenetrável.

Com isso, o sujeito passa a trabalhar a situação concreta portando-se de uma maneira diferente frente à realidade objetiva, reconhecendo que esta é um objeto de potencial mudança e não mais um beco sem saída. Somente através desta percepção, o homem será capaz de transformar a situação presente.

A pretensão de mudança não pode ter como objetivo reproduzir uma situação similar à existente. É necessário que o sujeito construa uma consciência autônoma, por meio da qual ele seja capaz de formular um novo cenário, ou seja, um ambiente favorável ao desenvolvimento de relações mais humanas.

No entanto, o processo de transformação deve ser acompanhado de constante reflexão sobre a situação concreta que o envolve e suas finalidades. Nesse sentido, a consciência crítica sem atuação, é simplesmente uma alienação, bem como a atuação prática sem consciência crítica

⁵ FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma Introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979, p.15.

⁶ FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma Introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979, p.22.

é mero ativismo. A instalação de um novo cenário requer, portanto, ação e reflexão, ou seja, o indivíduo deve reformular constantemente sua maneira de agir de acordo com sua apreensão crítica de realidade, mas também repensar sua maneira de se posicionar diante do concreto por influência de sua atuação em um processo cíclico e contínuo.

3.3 Terapia Comunitária Integrativa

A Terapia Comunitária Integrativa (TCI) é uma metodologia criada há cerca de 20 anos pelo psiquiatra e antropólogo Adalberto Barreto, da Universidade Federal do Ceará.

De acordo com a análise etimológica, o termo “terapia” remete a uma ideia de atender, acolher, cuidar, servir; o termo “comunitária” traz a noção de comum/unidade, sendo então algo que abrange o coletivo e o individual; e o termo “integrativa”, por sua vez, nos mostra que o que se busca é a inclusão das pessoas.

Nesse sentido, a Roda de TCI apresenta-se como uma técnica de trabalho em grupo que promove o acolhimento e a partilha de sentimentos e experiências de vida. Por meio dela, busca-se criar um ambiente acolhedor, no qual seja possível a troca de experiências, de forma horizontal e circular, fazendo com que os envolvidos “se tornem corresponsáveis na busca de soluções e superações dos problemas, tanto para questões pessoais, como da coletividade”.⁷

De acordo com Barreto, a TCI é “um espaço de promoção de encontros interpessoais e intercomunitários, objetivando a valorização das histórias de vida dos participantes, o resgate da identidade, a restauração da autoestima e da confiança em si mesmo, a ampliação da percepção dos problemas e possibilidades de resolução a partir das competências locais. Tem como bases de sustentação o estímulo para construção de vínculos solidários e promoção da vida.”⁸

A TCI apresenta cinco eixos de sustentação, quais sejam:

A. *Pensamento sistêmico*: contribui com a necessidade de se olhar de um novo jeito para os fenômenos, vendo-os em toda sua complexidade, instabilidade e instersubjetividade. Ao ampliarmos o foco da observação sobre os fenômenos, considerando as relações e inter-relações existentes no mesmo e as circunstâncias que o levaram a existir, estamos contextualizando-o e ao

⁷ OLIVEIRA, Neusa de, 2012, p. 20.

⁸ BARRETO A. d., 2008, p.33.

admitir suas interações, promovemos uma observação complexa do objeto estudado. De acordo com Barreto, “o pensamento sistêmico nos diz que as crises e os problemas só podem ser entendidos e resolvidos se os percebermos como partes integradas de uma rede complexa, cheia de ramificações que ligam e relacionam as pessoas num todo que envolve o biológico (corpo), o psicológico (a mente e as emoções) e a sociedade”⁹.

B. *Teoria da comunicação*: partindo do pressuposto de que todo comportamento é comunicação, de que esta é indispensável à vida em sociedade e de que toda comunicação tem dois elementos - o conteúdo e a relação entre as pessoas que se comunicam - a TCI procura facilitar a comunicação entre os participantes de forma que estes consigam se expressar e ser compreendidos.

C. *Antropologia cultural*: a cultura aparece como um elemento de referência fundamental na formação e construção da identidade pessoal e coletiva dos sujeitos. Na TCI é comum que os participantes tragam para a reflexão grupal as formas que aprenderam para lidar com os conflitos ao longo de sua experiência, as quais são diretamente derivadas dos conceitos, valores culturais e étnicos que influenciam sua visão de mundo.

D. *Pedagogia freiriana*: a relação de ensino-aprendizagem é um exercício de diálogo, de troca e de reciprocidade, ou seja, quando falo estou ensinando e quando ouço estou aprendendo. Além disso, a ação educativa exige bom senso, humildade e tolerância, pois a partir do momento que reconhecemos nossas limitações, passamos a aceitar novas formas de observar e perceber o mundo e os homens, abrindo a possibilidade de rompermos com as estruturas rígidas e estereotipadas de pensar e agir.

E. *Resiliência*: é a capacidade de superação, evolução e transformação humana. Este conceito está diretamente ligado à capacidade do sujeito de se constituir positivamente frente às adversidades. Segundo Barreto (2008) seria a habilidade humana de transformar um trauma em crescimento pessoal, o sofrimento em competência e a dor em aprendizagem.

A partir desses pressupostos a Roda de TCI visa promover, por meio da reflexão acerca de problemas pessoais, a criação gradual da consciência social, para que os indivíduos tomem consciência da origem e das implicações sociais da miséria, de modo que se sintam corresponsáveis pela solução e superação dos problemas. É uma prática de intervenção, onde

⁹ BARRETO A. d., 2008, p. 27

acredita-se que as soluções possam vir do coletivo, nas identificações com o outro e no respeito às diferenças.

Segundo Neusa de Oliveira, a TCI se configura enquanto um trabalho que cria gradualmente uma consciência social (foco no coletivo) e individual (competências pessoais) dos sujeitos. Ao propor a convivência com as diferenças, ao se pautar na construção de uma sociedade mais justa, ao estabelecer uma relação intrínseca entre o empoderamento pessoal e a capacidade de aprender com a própria história, e ao estimular a participação como requisito fundamental para dinamizar as relações sociais, a Roda de TCI possibilita que pessoas se compreendam como agentes de sua própria história.

3.4 Daniel Kerr - história oral

O artigo de Daniel Kerr¹⁰ relata o uso da história oral para desenvolver uma análise compartilhada. O autor, nesse artigo, narra o trabalho realizado pelo CHOHP (Cleveland Homeless Oral History Project), o qual conectou pessoas em situação de rua¹¹ com pensamentos semelhantes para que elas pudessem dialogar e depois desenvolver uma análise própria.

Esse diálogo não teve essas pessoas apenas como público, mas também como participantes ativos na formação da análise própria. Afinal, o grupo com o maior interesse em ver as coisas mudarem são as próprias pessoas que vivem aquela realidade - ou seja, as pessoas em situação de rua. Justamente por isso, a autoridade compartilhada foi de extrema importância na construção desse projeto, impossibilitando que fosse feito algo “de cima para baixo”, ou seja, impedindo que fossem impostas medidas à população em situação de rua que não necessariamente refletissem suas necessidades; e criando a possibilidade de que elas mesmas dessem voz a suas demandas.

¹⁰ KERR, Daniel. "We Know What the Problem Is": Using Oral History to Develop a Collaborative Analysis of Homelessness from the Bottom Up. *The Oral History Review*, vol. 30, No. 1 (Winter - Spring, 2003), pp. 27-45.

¹¹

Daniel Kerr trabalha com a denominação *homeless*, porém usaremos aqui como sinônimo de pessoa em situação de rua.

Segundo Daniel Kerr, o debate promove uma consciência histórica mais democratizada e compartilhada, o que conseqüentemente incentiva a participação mais ampla de debates sobre a história. Além disso, esse diálogo influenciará a maneira de ver a formulação de políticas públicas e, mais importante, a forma de reproduzir a organização social da comunidade em que vivemos.

Ao discorrer sobre a metodologia de funcionamento desse diálogo, Daniel Kerr explicou que perguntas diretas de história de vida não devem ser feitas, pois isso proporciona maior flexibilidade para os narradores em sua apresentação de experiências e evita que eles se sintam em um confessionalário.

O autor conclui que o trabalho do CHOHP floresceu o movimento, fato que demonstra que as pessoas em situação de rua são mais do que vítimas, mas agentes e, talvez, os mais eficazes para a mudança social. Tanto é que esse processo de criação de uma análise compartilhada tem incentivado as pessoas a agirem.

4. RODA COMUNITÁRIA

A Roda Comunitária consiste em um modelo de aproximação da Clínica com a população em situação de rua que visa a suprir algumas das falhas observadas na Ouvidoria Comunitária e, ao mesmo tempo, procura trazer novos objetivos à atividade prática do grupo.

A opção semântica pelo termo “roda” é justificada pela utilização de uma estrutura horizontal de atuação, que permita que todos os participantes se identifiquem como iguais, sem ter uma posição de destaque. Já o termo “comunitária” remete ao fato de a população em situação de rua ter como ponto comum o ambiente em que vivem e os serviços de que dependem, além de destacar a intenção de promover um sentimento de comunidade e coletividade entre os participantes, de modo que reflitam acerca do caráter estrutural dos problemas enfrentados.

Nesse sentido, a Roda Comunitária propõe-se a promover, a partir do diálogo e de reflexões, um ambiente que conecte pessoas que já pensavam de maneira similar para que elas possam conversar e desenvolver um pensamento crítico sobre o cenário da população em situação de rua. O objetivo é desenvolver uma análise compartilhada que permita a formação de sujeitos atuantes.¹²

4.1. Metodologia

No modelo de Roda Comunitária aqui proposto, os indivíduos presentes devem estar posicionados em cadeiras dispostas em roda, de modo que não haja uma posição de destaque, o que favoreceria o estabelecimento de um diálogo horizontal, fazendo com que todos se sintam mais a vontade para expressar suas opiniões e sentimentos.

A atividade será iniciada com dinâmicas, vídeos, imagens, cartazes, com o intuito de incitar a reflexão e discussão acerca de questões da rua. Apesar de haver um certo direcionamento com relação ao tema a ser discutido, este deve ser escolhido a partir dos interesses demonstrados pelos participantes da Roda. Parte-se da ideia de que as pessoas que

¹² KERR, Daniel. We know what the problem is: using oral history to develop a collaborative analysis of homelessness from the bottom up. *The Oral History Review*, Vol. 30, n. 1 (Winter-Spring 2003), pp. 44-45.

vivem em situação de rua são as mais qualificadas para a escolha do que deverá ser debatido, além de serem as mais interessadas na promoção de qualquer tipo de mudança.

A Roda pretende abordar temas relacionados à atuação do governo, suas políticas públicas e outras questões relevantes à população de rua, tais como: razões para se estar na rua, Guarda Civil Metropolitana (GCM) e Polícia Militar (PM), equipamentos fornecidos pelo Estado (albergues, tendas, relacionamento com os funcionários e entre os albergados), Pronatec, dependência química, Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), participação política (Comitê de Acompanhamento das Políticas Públicas para População em Situação de Rua, audiência pública, Plano de Metas e Assessoria Técnica), operação de baixas temperaturas, entre outras. Ressalta-se que os temas aqui propostos são de caráter provisório, pois serão adaptados de acordo com o perfil e interesse dos participantes. Nesse sentido, se a roda for composta apenas por mulheres, existe a possibilidade de analisarmos questões relacionadas ao aborto, estupro e vulnerabilidade da mulher em situação de rua.

As discussões devem ser construídas com base em questões pertinentes a todo o grupo para que nenhum indivíduo se sinta constrangido durante o debate. Para isso, serão evitadas perguntas diretas de história de vida, pois isso proporciona maior flexibilidade para os narradores em sua apresentação de experiências e evita que eles se sintam em um confessionário.

A partir das reflexões produzidas ao longo da atividade, a Roda pretende fazer com que seus participantes formulem propostas de mudança no cenário da rua, envolvendo a formulação e transformação de políticas públicas, além da reflexão quanto a sua própria atuação e o seu papel na modificação da conjuntura de modo que assumam o “papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo”.

Com base nos pensamentos desenvolvidos, a Roda pretende elaborar um produto final (cartilha, vídeo, entre outros) contendo as opiniões de seus participantes acerca das questões da rua. As características, realização e divulgação deste trabalho serão determinadas pelos próprios integrantes, já que consistirá em um reflexo fiel das transformações promovidas no pensamento dos sujeitos que participaram da atividade.

A estrutura a seguir servirá como base para o desenvolvimento inicial das atividades da roda. Sendo assim, ela estará sujeita a uma constante análise crítica que será responsável pela promoção de mudanças na proposta de atuação apresentada neste projeto.

4.1.1 Estrutura da Roda

A realização prática da Roda Comunitária exige o estabelecimento de algumas diretrizes principais, tais como: número de participantes, a duração e periodicidade dos encontros e o local de realização.

Quanto ao número de participantes, a Roda será composta por um grupo de 6 a 10 pessoas, de forma que a participação e interação de todos seja estimulada. Experiências práticas com dinâmicas de grupo demonstram que 6 pessoas são suficientes para promover uma discussão, pois com um número menor de integrantes, as idéias e interações tendem a ser mais difusas e há maior probabilidade de algumas pessoas se sentirem intimidadas pelos membros monopolizadores. Grupos com mais de 10 pessoas por sua vez, são mais difíceis de serem gerenciados quanto ao foco da discussão e à distribuição do tempo disponível para a participação efetiva de todos.¹³

Em relação ao tempo das reuniões, a Roda Comunitária terá como duração média 1 a 2 horas, pois, segundo YALOM, encontros com menos de 60 minutos impedem o desdobramento e trabalho dos principais temas, enquanto reuniões com mais de 120 minutos geram uma diminuição dos retornos, já que o grupo torna-se cansado, repetitivo e ineficiente.

No tocante à frequência dos encontros, estes devem ser realizados semanalmente, pois grupos que se reúnem em uma periodicidade menor possuem dificuldade para manterem-se integrados e atentos às dinâmicas desenvolvidas nas reuniões.¹⁴ A própria experiência prática da Clínica demonstra a inefetividade da ocorrência de atividades em um período menor que uma vez por semana, já que a realização das Ouvidorias Comunitárias de forma mensal e quinzenal promoveu uma redução pela procura e retorno dos ouvidos.

Finalmente, no que diz respeito ao local, as atividades da Roda serão realizadas em ambientes já frequentados pela população em situação de rua, tais como: Centro de Referência

¹³ DIAS, Cláudia Augusto. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. *Informação & Sociedade: Estudos (I&E)*, v.10, n° 2, 2000, p.3.

¹⁴ YALOM, Irvin D. *Psicoterapia de grupo: teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed, 2006, p.229.

Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua (CREAS Pop)¹⁵ e espaços de convivência.¹⁶ O objetivo é realizar as atividades em locais em que a população em situação de rua já esteja familiarizada para que os relatos e as discussões estejam mais próximos da realidade da rua.

O local de realização ainda não está definido de forma permanente. No desenvolvimento atual do projeto, estão sendo sistematizados os possíveis locais de realização da Roda Comunitária para que visitas sejam agendadas e o ambiente mais adequado seja escolhido (Anexo 1 e 2).

4.1.2 Papel do Condutor

As funções do condutor têm como pressupostos o diálogo horizontal, a autoridade compartilhada e empatia. Nesse sentido, ele desempenha o papel de facilitar o diálogo e suscitar questionamentos acerca dos temas debatidos, sem assumir a tarefa de liderar o grupo e sem fornecer respostas para os problemas apresentados.

O diálogo de Paulo Freire consiste em uma relação horizontal entre os indivíduos, na qual ambos transmitem e recebem conteúdo, de forma que os pólos tenham sempre algo a compartilhar e aprender conjuntamente. Nesse contexto, o condutor deve ser compreendido como participante da Roda, não se posicionando como autoridade ou detentor da verdade, mas co-

¹⁵ Segundo o site da Prefeitura da Cidade de São Paulo, o CREAS Pop é definido como “unidade pública onde se ofertam serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos nas diversas situações de violação de direitos na perspectiva de potencializar e fortalecer sua função protetiva (...) o CREAS oferta acompanhamento técnico especializado desenvolvido por equipe multiprofissional de modo a potencializar a capacidade de proteção da família e favorecer a reparação da situação de violência vívida. A equipe técnica, deve ter acesso aos prontuários e relatórios dos casos atendidos, garantindo o comando e gestão estatal.”

¹⁶

Segundo o site da Prefeitura da Cidade de São Paulo, espaço de convivência pode ser definido como “serviço ofertado para pessoas adultas que utilizam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento com atividades direcionadas e programadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de construção de vínculos interpessoais e familiares, que oportunizem a construção do processo de saída das ruas. O serviço poderá ser realizado em espaços alternativos com estrutura de tendas.”

laborando¹⁷ para a construção da discussão, isto é, deve permanecer disposto a questionar suas próprias convicções acerca do tema em debate a partir do conteúdo exposto pelos demais participantes.

A autoridade compartilhada, por sua vez, pressupõe uma divisão de responsabilidades. Sendo assim, o condutor deve compreender que as atividades desenvolvidas e as suas diretrizes serão formuladas da forma mais participativa possível, de modo que todas as etapas da Roda estarão sujeitas a modificações de acordo com os interesses apresentados pelo grupo.

Finalmente, a empatia significa sentir com o outro, isto é, colocar-se no lugar de outra pessoa com o objetivo de compreender a realidade a partir de suas percepções, valores e sensações. Dessa forma, o condutor deve buscar entender as colocações apresentadas a partir da perspectiva dos demais participantes, de modo que seja criada uma relação de confiança e proximidade.

Tendo em vista que o condutor deve facilitar o diálogo, estimular o grupo e formular questões e dinâmicas de forma conjunta, é fundamental que ele tenha conhecimento a respeito da pedagogia freireana, autoridade compartilhada e empatia para que sua atuação seja condizente com as expectativas da Roda Comunitária.

4.1.3 Direitos e Deveres

Com o objetivo de garantir a formação de um ambiente propício para o desenvolvimento das atividades da Roda, foram estabelecidos direitos e deveres para todos os participantes, sendo eles:

1. Ser informado sobre o tema das discussões para evitar que participem de um tema que lhes cause desconforto;
2. Conceder ou negar permissão para eventuais gravações em vídeo ou áudio das atividades da Roda;
3. Ser tratado com dignidade e respeito pelos participantes da Roda, de forma que todos façam silêncio e evitem conversas paralelas;
4. Responder perguntas e participar das dinâmicas apenas quando se sentir confortável;

¹⁷ Segundo Paulo Freire, co-laborar é característica fundamental da ação dialógica, pois esta não consiste em uma ação solitária, mas solidária. Assim, co-laborar significa trabalhar conjuntamente.

5. Ter a confidencialidade de suas falas, informações e dados pessoais assegurada.

Ressalta-se que objetivo principal das disposições acima é proporcionar a construção de uma atmosfera acolhedora, de modo que os participantes sintam-se a vontade para expressar suas opiniões acerca do tema debatido e não se indisponham com os demais.

4.1.4 Etapas

A Roda Comunitária será realizada em três etapas: planejamento, realização e encerramento. Destaca-se que os estágios descritos a seguir estão sujeitos a modificações, ou seja, cabe ao condutor adaptar as atividades realizadas de acordo com o ritmo do grupo.

4.1.4.1 Planejamento

O planejamento inicia-se a partir da preparação das atividades que serão realizadas na reunião, de modo que serão definidos: o tema da discussão¹⁸ e como este será apresentado para o grupo (vídeo, dinâmicas, imagens, áudio, cartazes), maneiras de apresentar os participantes e explicar as atividades da Roda e possíveis formas de conduzir e fomentar o debate.

Uma vez definidas as principais diretrizes, o responsável pela atividade deve organizar o espaço onde vai ser realizado o trabalho, atentando-se para que a localização das pessoas na sala facilite o contato visual entre todos. Além disso, o condutor deve formular meios de tornar o ambiente agradável e tranquilo, fazendo uso de utensílios como almofadas, tapetes, cadeiras.

Por fim, deve-se dar uma atenção especial à divulgação por meio de cartazes, banners e folhetos, já que a Roda Comunitária será uma atividade inédita para a População em Situação de

¹⁸ Sugere-se que o condutor selecione os temas relacionados à rua descritos no item 2.2, tais como: as atuações do governo e suas políticas públicas e outras questões relevantes à população de rua, tais como: razões para se estar na rua, Guarda Civil Metropolitana (GCM) e Polícia Militar (PM), equipamentos fornecidos pelo Estado (albergues, tendas, relacionamento com os funcionários e entre os albergados), Pronatec, dependência química, Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), participação política (Comitê de Acompanhamento das Políticas Públicas para População em Situação de Rua, audiência pública, Plano de Metas e Assessoria Técnica), operação de baixas temperaturas, entre outras. Ressalta-se que os temas aqui propostos são de caráter provisório, pois serão adaptados de acordo com o perfil e interesse dos participantes.

Rua e a presença mínima de 6 participantes é essencial para que a discussão de desenvolva de forma proveitosa.

4.1.4.2 Realização

Recomenda-se que as reuniões da Roda Comunitária comecem com uma atividade ou dinâmica que atraia aqueles que estão no local da realização e prenda sua atenção. Tendo em vista que a População em Situação de Rua possui preocupações emergenciais e, portanto, se interessa por práticas que demonstrem uma efetividade imediata para solução dos problemas, o condutor deve realizar atividades de curta duração, porém intensas, que incitem a reflexão, mas sejam, ao mesmo tempo, agradáveis.

Posteriormente, é feita a apresentação dos participantes e comemoração de datas marcantes. Esse procedimento visa aproximar os membros da Roda e quebrar o clima de desconfiança decorrente da vida nas ruas. A perda dos vínculos socioafetivos e a condição de vulnerabilidade e exposição promove a desestabilidade nas relações sociais e, conseqüentemente, dificulta o reconhecimento dessa população enquanto grupo. Por meio da troca de informações e experiência pessoais, busca-se resgatar a autoestima, fortalecer o diálogo e criar um ambiente propício à formulação de reivindicações conjuntas.

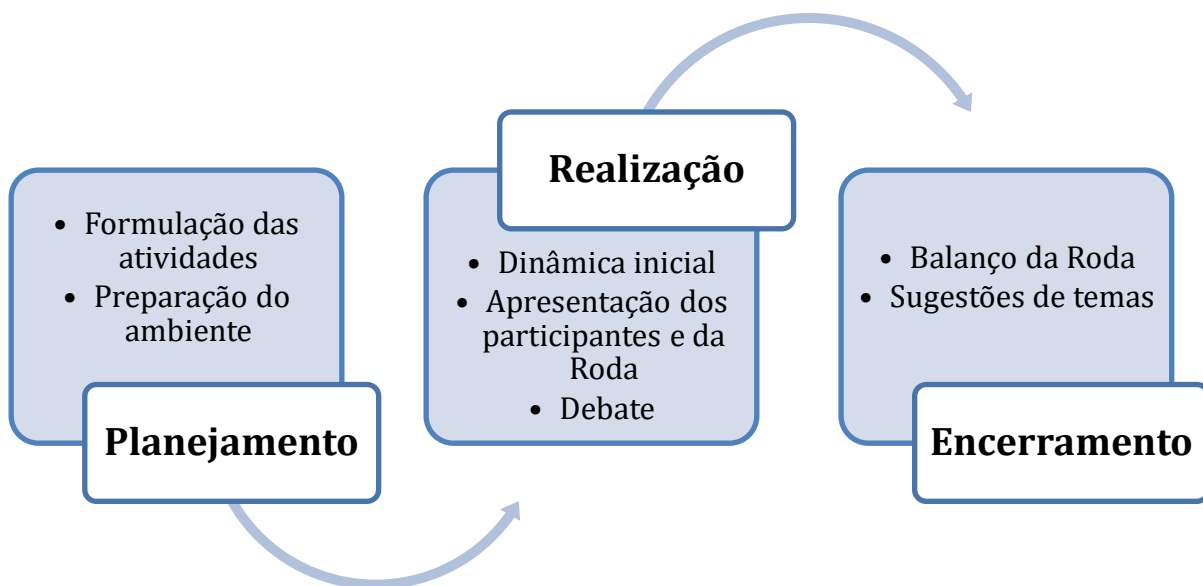
Em seguida, o condutor continua o desenvolvimento das atividades explicitando no que consiste o projeto, seus objetivos e os direitos e deveres dos participantes. As explicações devem ser formuladas de forma clara e sucinta para que os novos integrantes compreendam as principais características e finalidades da Roda Comunitária.

Finalmente, será aberto um espaço para debater sobre o tema trabalhado nas atividades iniciais. Nesse momento, as discussões devem tratar de assuntos relacionados a preocupações de toda a População em Situação de Rua evitando questões particulares que possam constranger qualquer integrante do grupo. As discussões devem ultrapassar experiências pessoais, de forma que os participantes desenvolvam uma análise compartilhada sobre a estrutura da realidade em que vivem e construam possíveis alternativas para o cenário da rua.

4.1.4.3 Encerramento

A Roda Comunitária será finalizada com um balanço das atividades, no qual os participantes que desejarem manifestarão suas opiniões finais a respeito de toda a discussão. As falas podem conter sugestões, soluções, incertezas, angústias, questionamentos que envolvam tanto o tema debatido, quanto a estrutura da Roda.

Ademais, os participantes serão convidados a propor temas para as futuras reuniões, já que a autoridade para a formulação das atividades da Roda é compartilhada e deve ser feita, principalmente, por aqueles que possuem o maior interesse em ver as coisas mudarem, ou seja, a população em situação de rua.



4.2 Design Thinking

Design Thinking consiste em uma metodologia referente à forma do designer de pensar, que ocorre através de um raciocínio abduutivo, pouco convencional. Por meio dela, busca-se associar o pensamento analítico ao intuitivo, de forma que aprenda-se fazendo e construa-se para pensar.

Há três valores que fundamentam o *Design Thinking*: empatia, ou seja, compreender a perspectiva psicológica do outro como se fosse a sua; colaboração, isto é, pensar conjuntamente

em equipes multidisciplinares com o objetivo de ampliar a capacidade de entendimento e acerto; e experimentação, que significa testar soluções, experimentá-las para evitar problemas na fase de implementação.

Para tanto, deve-se fazer um mapeamento da cultura, contexto, experiências, pessoas e processos na vida dos indivíduos de forma que se tenha uma visão mais completa, com a identificação de barreiras e a criação de alternativas para sua superação. Quando esse mapeamento é feito, é possível identificar de maneira mais efetiva as causas e consequências das dificuldades, possibilitando soluções mais assertivas.

A Roda Comunitária pretende ser construída com base nessa nova maneira de pensar, de forma estará sujeita à constantes adaptações de acordo com as falhas detectadas ao longo de sua implementação, pois apenas quando colocamos as ideias em prática entendemos suas fragilidades e seus pontos fortes.

5. Bibliografia

BARRETO, A. d. (2008). *Terapia Comunitária: passo a passo*. Fortaleza- CE: Gráfica LCR.

DANTAS, Thaís Nascimento; MUNIZ, André Hachem; NUNES, Fernanda Costa Meneses; SILVA, Mariana Alves da. *Case: Ouvidoria Comunitária da População em Situação de Rua*. 2013. 53 f. Dissertação - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

DANTAS, Thaís Nascimento; MUNIZ, André Hachem; NUNES, Fernanda Costa Meneses; SILVA, Mariana Alves da. *Proposta de Ouvidoria Modelo de Violações de Direitos Humanos: O caso da Ouvidoria Comunitária da população em situação de rua*. 2013. 13f. Dissertação - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

DIAS, Cláudia Augusto. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. *Informação & Sociedade: Estudos (I&E)*, v.10, nº 2 , 2000.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, nº 13, 2005.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. 23ª edição Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. *A Pedagogia do Oprimido*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 33ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação: Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GENTY, Philip M. Clients don't take sabbaticals: the indispensable in-house clinic and the teaching of empathy. *Clinical Law Review*, 7, 2000-2001, p. 273-286.

KERR, Daniel. We know what the problem is: using oral history to develop a collaborative analysis of homelessness from the bottom up. *The Oral History Review*, Vol. 30, n. 1 (Winter-Spring 2003), pp. 27-45.

OLIVEIRA, Neusa de. A Contribuição da Terapia Comunitária Integrativa na Formação da Consciência Crítica. 2012. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade São Marcos, São Paulo, 2012.

SMITH, Linda. Always judged - case study of an interview using conversation analysis. *Clinical Law Review*, 16, 2009, p. 423-450.

YALOM, Irvin D. *Psicoterapia de grupo: teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GREENBAUM, Tom. The Focus Group Bill of Rights. *Groups Plus*, 1996. Disponível em: <<http://www.groupsplus.com/pages/rights.htm>>. Acesso em: 15/12/13.

Prefeitura de São Paulo: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/> Acesso em: 09/12/13.

Prefeitura de São Paulo: Guia de Serviços População em Situação de Rua (10/2012). Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/arte%20final/GUIAdeSERVICO_2ed.pdf> Acesso em: 09/12/13.

8. ANEXOS

Anexo 1: Locais de Realização da Roda Comunitária

Lugar	Endereço	Telefone	E-mail	Resposta
Minha Rua, Minha Casa	Rua Doutor Lund, 361 - Bairro do Glicério	3342-0023	wvaranda@uol.com.br minharuaminhacasa@ieg.com.br	03/11 - Enviamos um e-mail para < minharuaminhacasa@ieg.com.br > e não obtivemos resposta
Casa do Migrante	-	3340-6952 3340-6950	cem@missaonspaz.org c.abreu@missaons.org	03/11 - Enviamos um e-mail, porém não recebemos resposta devido à inexistência dos endereços eletrônicos informados.
Centro Franciscano de Atendimento e Proteção à População de Rua (Chá do Padre) - SEFRAS	Rua Riachuelo, 268 - Centro	3291-3121 3105-1623	chadopadre.sefras@franciscanos.org.br centrofranciscano@sefras.org.br	11/10 - Realizamos uma reunião na qual a organização se mostrou interessada no projeto. 03/11 - Enviamos um e-mail, porém não obtivemos resposta.
CREAS Pop Bela Vista	R. Santo Antonio, 800 - Bela Vista	3129-9216 3129-9235	-	
CREAS Pop Barra Funda	R. Norma Pieruccini Giannotti, 77 - Barra Funda	3392-2898	-	
Espaço de Convivência para Adultos em Situação de Rua	Av. Nove de Julho, 871	6402-7078	-	
Espaço de Convivência para Adultos em Situação de Rua	Av. Norma Pieruccini, 77 - Santa Cecília	3392-2131	espacodeconvivenciabarrafunda1@gmail.com	

<p>Espaço de Convivência para Adultos em Situação de Rua (Santa Cecília)</p>	<p>Rua General Júlio Marcondes Salgado, 106</p>	<p>3667-1879</p>	<p>tenda@saecsp.org.br</p>	
<p>Espaço de Convivência para Adultos em Situação de Rua</p>	<p>Dom Pedro, 1015 (Tenda I) Dom Pedro, 975 (Tenda II)</p>	<p>97304-7539</p>	<p>-</p>	
<p>Espaço de Convivência para Adultos em Situação de Rua (Rua da Mooca)</p>	<p>Rua da Mooca, 26/46</p>	<p>3085-4546</p>	<p>-</p>	
<p>Espaço de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua</p>	<p>Rua Mauá, 36</p>	<p>3224-9775 3331-3413 3331-3318</p>	<p>-</p>	
<p>Espaço de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua</p>	<p>Rua Riachuelo, 354 - Sé</p>	<p>3104-3899 3104-3901</p>	<p>ecca.sp@cieds.org.br</p>	
<p>Espaço de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua</p>	<p>Praça da República, 452</p>	<p>3284-2131</p>	<p>-</p>	
<p>Espaço de Convivência para Crianças e Adolescentes</p>	<p>Av. Luís Gomes Cardim Sangirardi, 789</p>	<p>5572-8433 5904-3542</p>	<p>qxt@projetoquixote.org.br</p>	

s em Situação de Rua				
----------------------------	--	--	--	--

Anexo 2: Cronograma

Atividades	23/05	13/06	26/08	31/10	09/12	18/12	15/03	02/04
Análise da atividade prática atual								
Proposta de nova atuação								
Pesquisa bibliográfica								
Entrega parcial								
Sistematização dos locais								
Apresentação do projeto								
Visita aos locais								
Realização da primeira experiência								

Anexo 3: Ficha de Avaliação da Roda Comunitária

Metodologia	O que deu certo	O que precisa melhorar
Tema		
Atividade/ dinâmica		
Apresentação dos participantes e da Roda		
Debate		
Encerramento		
Providências para a próxima Roda Comunitária		

Anexo 4: Ficha de Acompanhamento das atividades

Local da Roda:

Data: __/__/__

Condutores:

	Homens	Mulheres
Crianças (até 12 anos)		
Adolescentes (12 a 18 anos)		
Adultos (18 a 60 anos)		
Idosos (a partir de 60 anos)		
TOTAL		

Tema escolhido:

Alternativas para solução dos problemas apresentados:

Principais dificuldades encontradas na realização:

Denúncias apresentadas:

Observações: